



TÍTULO DO TRABALHO	
ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS DE PARALISAÇÃO NO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA SOB O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS ESCOLARES	
AUTOR(ES)	INSTITUIÇÃO
Rafaela Campos Duarte Simone Santos Dias Carvalho	Cefet-MG CEMEI / EMLMAGO
RESUMO	
<p>Neste artigo se busca refletir sobre o impacto e as conquistas empreendidas pelos movimentos de paralisação dos servidores do cargo de Agente de Serviços Escolares do município de Lagoa Santa no ano de 2014. De modo específico, buscou-se ainda: identificar e analisar os desdobramentos dos movimentos de paralisação e sua relação com a construção de uma normatização municipal – plano de carreira - para os servidores da Educação; refletir e analisar o impacto dos movimentos de paralisação sob a representatividade e a legitimidade do cargo de Agente de Serviços Escolares no interior da categoria e na comunidade escolar; compreender a influência dos movimentos de paralisação sob os servidores do cargo de Agente de Serviços Escolares, principalmente no que diz respeito à constituição de uma categoria de sujeitos ativos no processo de luta pelos direitos sociais e pela cidadania. Este trabalho se justifica em função da visão reducionista de alguns estudos empreendidos no campo da Educação que, ao investigarem apenas professores e alunos, contribuem para que outros sujeitos que desenvolvem funções ativas na escola fiquem invisíveis. Destaca-se ainda a falta de interesse do Estado - representado aqui pelo município de Lagoa Santa - por estes trabalhadores da educação, o que gera um clima de tensões e desconfiças no ambiente escolar. O estudo em questão tem cunho qualitativo, enquadrando-se como pesquisa-ação, sendo o percurso metodológico compreendido pela análise documental de legislações, decretos, portarias e resoluções expedidas pelo município de Lagoa Santa e pela Federação, além da análise das atas de reuniões empreendidas pela categoria durante e após os movimentos de paralisação. O levantamento documental foi realizado em duas fases: antes da mudança da nomenclatura para Agente de Serviços Escolares e após os movimentos de paralisação no ano de 2014. Utilizou-se ainda a observação participante como procedimento metodológico, de forma que todo o processo foi acompanhado por meio da interação ativa com os sujeitos envolvidos. O estudo, que se baseia na experiência vivenciada a partir do movimento dos trabalhadores do cargo de Agente de Serviços Escolares de Lagoa Santa, conclui que os movimentos de paralisação realizados em meados de 2014 impactaram de forma positiva, tanto no que diz respeito a questões legais (normatizações), quanto a representatividade e legitimidade dos servidores ocupantes do cargo. Ressalta-se que os trabalhadores obtiveram ganhos reais a partir das reivindicações coletivas, tendo, atualmente, voz ativa dentro das escolas e perante a Prefeitura Municipal, além de acompanhar o calendário letivo exercido pelos docentes, direito que havia sido negado aos mesmos. Os movimentos de paralisação influenciaram ainda na construção de um plano de carreira para os servidores dos cargos da educação no município.</p>	
Palavras-chave: Políticas Públicas; Agentes de Serviços Escolares; Direitos Trabalhistas; Educação Pública.	

# **ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS DE PARALISAÇÃO NO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA SOB O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS ESCOLARES**

Rafaela Campos Duarte

Simone Santos Dias Carvalho

Neste artigo se busca refletir sobre o impacto e as conquistas empreendidas pelos movimentos de paralisação dos servidores do cargo de Agente de Serviços Escolares do município de Lagoa Santa no ano de 2014. De modo específico, buscou-se ainda: identificar e analisar os desdobramentos dos movimentos de paralisação e sua relação com a construção de uma normatização municipal – plano de carreira - para os servidores da Educação; refletir e analisar o impacto dos movimentos de paralisação sob a representatividade e a legitimidade do cargo de Agente de Serviços Escolares no interior da categoria e na comunidade escolar; compreender a influência dos movimentos de paralisação sob os servidores do cargo de Agente de Serviços Escolares, principalmente no que diz respeito à constituição de uma categoria de sujeitos ativos no processo de luta pelos direitos sociais e pela cidadania. Este trabalho se justifica em função da visão reducionista de alguns estudos empreendidos no campo da Educação que, ao investigarem apenas professores e alunos, contribuem para que outros sujeitos que desenvolvem funções ativas na escola fiquem invisíveis. Destaca-se ainda a falta de interesse do Estado - representado aqui pelo município de Lagoa Santa - por estes trabalhadores da educação, o que gera um clima de tensões e desconfianças no ambiente escolar. O estudo em questão tem cunho qualitativo, enquadrando-se como pesquisa-ação, sendo o percurso metodológico compreendido pela análise documental de legislações, decretos, portarias e resoluções expedidas pelo município de Lagoa Santa e pela Federação, além da análise das atas de reuniões empreendidas pela categoria durante e após os movimentos de paralisação. O levantamento documental foi realizado em duas fases: antes da mudança da nomenclatura para Agente de Serviços Escolares e após os movimentos de paralisação no ano de 2014. Utilizou-se ainda a observação participante como procedimento metodológico, de forma que todo o processo foi acompanhado por meio da interação ativa com os sujeitos envolvidos. O estudo, que se baseia na experiência vivenciada a partir do movimento dos trabalhadores do cargo de Agente de Serviços Escolares de Lagoa Santa, conclui que os movimentos de paralisação

realizados em meados de 2014 impactaram de forma positiva, tanto no que diz respeito a questões legais (normatizações), quanto a representatividade e legitimidade dos servidores ocupantes do cargo. Ressalta-se que os trabalhadores obtiveram ganhos reais a partir das reivindicações coletivas, tendo, atualmente, voz ativa dentro das escolas e perante a Prefeitura Municipal, além de acompanhar o calendário letivo exercido pelos docentes, direito que havia sido negado aos mesmos. Os movimentos de paralisação influenciaram ainda na construção de um plano de carreira para os servidores dos cargos da educação no município.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Agentes de Serviços Escolares; Direitos Trabalhistas; Educação Pública.

## **Introdução**

Busca-se neste artigo aprofundar a discussão sobre os movimentos de paralisação realizados no Município de Lagoa Santa/MG, região metropolitana de Belo Horizonte, no ano de 2014, envolvendo trabalhadores da educação, com foco sobre os (as) Agentes de Serviços Escolares. A investigação foi realizada a partir da metodologia de observação participante, de forma que todos os movimentos de paralisação foram acompanhados pelos pesquisadores.

As paralisações foram uma estratégia utilizada pelos trabalhadores para reivindicar melhores condições de trabalho, reajuste salarial e reconhecimento. Após um longo processo de embate político com o prefeito de Lagoa Santa e a Secretária de Educação, os trabalhadores conquistaram a criação do plano de carreira do município, documento que tem como objetivo legitimar os direitos da categoria.

No caso específico dos agentes de serviços escolares, os movimentos alavancaram a construção de uma luta conjunta em prol da visibilidade e legitimidade do cargo perante a comunidade escolar e a prefeitura.

## **A construção dos movimentos de paralisação pelos servidores da educação de Lagoa Santa**

A deflagração dos movimentos de paralisação dos trabalhadores da educação, do município

de Lagoa Santa, iniciou-se a partir do acirramento de insatisfações dos servidores, que questionavam o reajuste salarial de 50% concedido aos diretores e pedagogos da rede, em detrimento dos demais cargos. Outro ponto de não concordância consistiu na ausência de materiais nas escolas, desde os de finalidade pedagógica e até os de limpeza. Também ganham destaque problemas relacionados à saúde pública do município, especialmente em relação ao alto índice de escorpiões que apareciam nas escolas, se caracterizando como um risco a vida da comunidade escolar e seu entorno. Percebeu-se que havia uma grande apreensão em relação a essa situação, tendo em vista que essa espécie de escorpião possui um veneno que pode vir a matar uma criança em questão de horas.

Os trabalhadores reivindicavam ainda melhorias no plano de carreira e concessão de benefícios, tendo em vista que nem mesmo o auxílio transporte era concedido pela prefeitura, fato que causava grande descontentamento, tendo em vista que muitos residem fora da cidade.

Em meio a tantas insatisfações com a gestão desempenhada pela prefeitura, zeladores, serventes escolares, agentes de serviços escolares, professores, auxiliar de serviços gerais, secretários escolares e motoristas de ônibus escolares, aderiram aos movimentos de paralisações, com o intuito de conseguir melhorias e mais dignidade para que o trabalho pudesse ser desenvolvido com qualidade.

As primeiras paralisações ocorreram em abril de 2014, e os trabalhadores da educação realizaram passeatas e levaram cartazes com dizeres como “ Quem luta educa”. O trânsito ficou impedido devido ao movimento e a prefeitura chamou a classe trabalhadora para dialogar. Essa foi a primeira de muitas mesas de diálogo realizadas com representantes do governo do município, que contava com a participação da secretária de educação.

Apesar do grande envolvimento dos trabalhadores da educação no movimento, o foco deste trabalho é dado ao cargo denominado agente de serviços escolares. Essa escolha se dá tendo em vista a proximidade das autoras com a realidade vivenciada por esses trabalhadores e pela visibilidade conquistada pelos agentes de serviços escolares no decorrer dos movimentos.

**A problemática acerca das atribuições do cargo de agente de serviços escolares: a**

## **constituição de subcargos na educação**

Destacamos que tal cargo, antes do último concurso público realizado no município, no ano de 2012, era denominado “auxiliar de turma”. Entretanto, mesmo com a mudança nominal do cargo para agente de serviços escolares, a prefeitura não esclarece em qual quadro (administrativo/magistério) o mesmo é inserido. Essa indefinição afeta diretamente o trabalho desses servidores, principalmente no que diz respeito aos seus direitos. Um questionamento feito pelos servidores é sobre o período de férias, sendo que anteriormente as paralisações os mesmos eram obrigados pela direção a acompanhar o calendário letivo, mesmo fazendo parte do quadro administrativo do município, o que gerava incômodo.

De acordo com o Edital do último Concurso Público nº001/2012 realizado pela Prefeitura do Município de Lagoa Santa, as (os) Agentes de Serviço Escolares têm a seguinte função:

Cuidam da segurança do aluno nas dependências e proximidades da escola e durante o transporte escolar. Inspeccionam o comportamento dos alunos no ambiente escolar e durante o transporte escolar. Orientam alunos sobre regras e procedimentos, regimento escolar, cumprimento de horários; ouvem reclamações e analisam fatos. Prestam apoio às atividades acadêmicas. Controlam as atividades livres dos alunos, orientando entrada e saída de alunos, fiscalizando espaços de recreação, definindo limites nas atividades livres. Organizam ambiente escolar. Executam cuidados básicos de atendimento às crianças da educação infantil (LAGOA SANTA, 2012, p.38).

Dentre outras questões, é possível perceber a falta de clareza no edital quando é especificada a função do cargo Agente de Serviços Escolares. A partir das observação e de conversas com os agentes de serviços escolares, percebe-se que estes (as) trabalhadores (as) estão vinculados não apenas à Educação Infantil, mas também ao Ensino Fundamental, além de atuarem para além do espaço da escola. Tais questões, associadas a outras, mostram a complexidade do cargo e a importância dos questionamentos feitos pelos servidores.

A fim de fundamentar a investigação aqui proposta, aportam-se bibliografias que discutam a busca da legitimação de trabalhadores da educação que não compõem a carreira do magistério, mas são parte ativa do processo pedagógico desenvolvido nas escolas. Essa situação é agravada pela criação de “subcargos” no serviço público, o que impacta diretamente a organização e a gestão das escolas. Os subcargos são criados na educação com o objetivo de suprir demandas que surgem no decorrer do trabalho desenvolvido na escola, principalmente no interior da sala de aula.

No caso de Lagoa Santa, o cargo de agente de serviços escolares, segundo as servidoras mais antigas, foi criado com o objetivo de auxiliar nos trabalhos administrativos e pedagógicos nas escolas de educação infantil e ensino fundamental. Entretanto, tais profissionais são lotados no quadro administrativo da educação, mesmo assistindo diretamente o trabalho desenvolvido pelos professores em sala de aula.

Ressalta-se que encontrar pesquisas que se dediquem a estudar o trabalho desses sujeitos não foi tarefa fácil. Por um lado, observa-se que cada município vem criando estratégias próprias na criação desses cargos para manutenção da educação. Por outro, nota-se a invisibilidade destes trabalhadores nas pesquisas no campo da educação.

A invisibilidade dos sujeitos do cargo de agentes de serviços escolares é reafirmada a partir da fala da Secretária de Educação de Lagoa Santa na assembleia realizada com os trabalhadores no ano de 2014. Em resposta a pergunta feita por uma servidora acerca da opinião da Secretaria de Educação a respeito do cargo, a então secretária disse que o mesmo não deveria nem ao menos existir, tendo em vista a precarização e o sucateamento da educação. Tal fala é compreendida pelo coletivo de trabalhadores do cargo como uma reafirmação dos problemas vivenciados diariamente, tendo em vista a indefinição de suas funções, sendo um cargo “flutuante” no quadro administrativo e atuante no magistério.

Conforme aponta Lira (2013, p. 108) a visibilidade da classe docente, geralmente, é maior nas mobilizações coletivas, mesmo essas envolvendo profissionais de outros cargos.

Esses profissionais têm ficado a reboque das negociações e da elaboração das estratégias de luta, embora tenham estado presentes em todas as grandes atividades históricas da categoria. Ocorre que o caráter simbólico do magistério e sua maior tradição de luta têm prevalecido em todas as atividades mobilizatórias e no atendimento (ainda que parcial) das pautas apresentadas ao governo, criando profundos ressentimentos por parte dos funcionários em relação aos professores, tidos por aqueles como insensíveis às suas necessidades profissionais. (*op.cit.*, p.108)

MONLEVADE (2009, p. 341) afirma que quase não há pesquisas sobre estes sujeitos que compõem o “corpo de educadores” das escolas, deixando claro como os estudiosos não consideram a importância desses trabalhadores e sua contribuição para a Educação. Para o autor, “A visão reducionista dos estudiosos da educação escolar, que só conseguem perceber

em cena, nas escolas, professores e alunos, torna os demais ‘invisíveis’. A realidade, entretanto, é que sempre estiveram presentes nas escolas outros trabalhadores”.

Ainda em relação a visibilidade desses sujeitos, LIRA (2013) aponta a falta de interesse do Estado, dos professores e do próprio sindicato perante suas reivindicações, uma vez que o foco é dado nas demandas suscitadas pelos docentes. Todo esse processo de legitimação levanta a discussão da construção da própria identidade deste trabalhador.

Pensando nestes “outros sujeitos” trabalhadores que atuam nas escolas, no ano de 2004 o Ministério da Educação elaborou um documento com o Programa “*Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação. Em cena, os funcionários de escola*”, com o objetivo de levar para estes profissionais formação, propostas de implementação de planos de carreira, valorização da identidade e a discussões sobre a importância desse trabalhador no ambiente escolar. Salienta-se que a falta de formação continuada para esses trabalhadores em educação é uma deficiência, o que confirma o desinteresse pelos profissionais que não compõem o magistério.

Cabe ressaltar que, de acordo com a bibliografia estudada, a busca dessa valorização demonstra um histórico de luta por leis que legitimem e abordem as demandas trabalhistas desses cargos. Na investigação realizada, percebeu-se que a mobilização coletiva em prol da conquista da visibilidade e da valorização dos agentes de serviços escolares no município de Lagoa Santa, culminou na conscientização dos servidores do cargo além do entendimento da necessidade da construção de direitos que os contemplem.

Em relação ao amparo legal nota-se que ao mesmo tempo que os documentos reconhecem alguns aspectos, não há uma valorização dos profissionais que não desempenham a função de docentes. Através de portarias e resoluções, as leis deixam a cargo dos municípios delinear os rumos dos direitos trabalhistas e a criação de planos de carreira que atendam esses trabalhadores.

Entendemos que a pesquisa aqui proposta é uma oportunidade de trazer em pauta essa discussão citada acima e contribuir para a formulação de uma legislação mais clara e objetiva, com o intuito de atender as necessidades desses trabalhadores, pensando na

construção de políticas públicas que realmente tenha uma proximidade com a realidade desses profissionais, sujeitos de direitos muitas vezes anônimos.

Ademais, é possível perceber, tanto na pesquisa realizada com os agentes de serviços escolares em Lagoa Santa, quanto através do levantamento bibliográfico, a luta desses trabalhadores “invisíveis” pelo reconhecimento da função e da sua importância no ambiente escolar. Sendo sua atuação compreendida apenas como a de ajudantes de professores ou apoio administrativo das escolas, desconsiderando que os mesmos também são educadores. Tal afirmação fica clara a partir da entrevista concedida por uma servidora, que diz realizar atividades que não estão relacionadas no edital de seu concurso, a partir da solicitação da direção e do professor referência da turma.

### **Resultados e considerações finais**

Após os movimentos de paralisações, a função dos agentes de serviços escolares começou a ser questionada, e regulamentações passaram a serem reivindicadas pelos mesmos, demonstrando a conscientização acerca da importância da luta pela construção de direitos. O objetivo passou a ser a inserção da categoria na composição do quadro de servidores do magistério.

Um ponto citado nas conversas realizadas com os agentes de serviços escolares é a falta de reconhecimento do cargo, resultando assim em baixa autoestima e na falta de motivação desses trabalhadores para o exercício do cargo.

Aponta-se que de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996) os profissionais da educação precisam estar formados em cursos reconhecidos, possuindo habilitações como curso superior e curso técnico, que sejam relacionados com administração educacional ou área pedagógica. Entretanto, os municípios têm a autonomia de criar cargos para manutenção da educação e muitas vezes não estão preocupados com a exigência de escolaridade, que é necessária pelo fato de estarem atuando no processo de aprendizado da criança. No município de Lagoa Santa, para o cargo das (dos) Agentes de Serviços Escolares, a exigência é do nível médio, contrariando os requisitos



exigidos pelo Art. 61 da LDB.

A discussão sobre os direitos do cargo agente de serviços escolares é relativamente nova na rede de ensino público do município de Lagoa Santa. Neste sentido, a luta iniciada por esses trabalhadores é de grande importância, pois internalizou as reivindicações e necessidades do cargo, contribuindo para a legitimação e reconhecimento de seus direitos, trazendo possibilidades de inserir demandas junto ao plano de carreira que está sendo construído. A construção do plano de carreira no município é uma oportunidade dos agentes de serviços escolares reivindicarem direitos trabalhistas e trazerem para a discussão a invisibilidade dos atores que compõem a equipe escolar.

Conclui-se que a partir do referido movimento, ocorreu um processo de reconhecimento e de legitimidade dos direitos desses trabalhadores, que até o momento eram invisíveis no contexto escolar e no âmbito da secretaria de educação. Os servidores conquistaram o direito de acompanhar o calendário letivo seguido pelos profissionais do magistério, além de participar da formulação do plano de carreira dos servidores da educação. Ressalta-se que os agentes de serviços escolares seguem lutando para efetivação dos direitos, para que esses não se baseiem apenas em negociações verbais, mas que seja construída uma legislação que atenda essa classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 dez. 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Diário Oficial, Brasília, 1996

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho nacional de educação. *Parecer CNE/CEB nº 2/2011*. Brasília. 2011. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=7708&Itemid](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=7708&Itemid)>. Acesso em 11 ago. 2015

BRASIL, Ministério da Educação. *Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação: em cena, os funcionários de escola / Secretaria de Educação Básica*. – Brasília : MEC, SEB, 2004. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/em\\_cena.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/em_cena.pdf)>, Acesso em 14 ago. 2015

BRASIL, Senado Federal. *Emenda Constitucional Nº 53, de 19 de Dezembro de 2006*. Brasília: 2006.

CARDOSO, M.E. *Trabalhadores da educação*. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em: <<http://www.gestrado.org/pdf/212.pdf>>, Acesso em: 20 out. 2016.

LIRA, Jailton Souza. *A valorização da Educação e a busca da Unidade: O que dizem os atores*. Trabalho & Educação, v.22, n. 1, 107-116, jan/abr.2013. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/view/1100/1207>>, Acesso em: 20 out. 2016.

MONLEVADE, João Antônio Cabral de. *História e construção da identidade: compromissos e expectativas*. Retratos da Escola, Brasília, v.3, n.5, p.339-352, jul./dez.2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/27/321>>. Acesso em: 20 out. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA/MG. Lei nº. 2.767, de 22 jan. 2008. *Institui o plano de carreira e vencimentos do poder executivo do Município de Lagoa Santa*. Diário Oficial do Município, Lagoa Santa, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA/MG. *Edital nº001/2012*. Concurso Público para provimento de cargos efetivos do quadro de servidores do Município de Lagoa Santa/MG. Disponível em: < <http://www.lagoasanta.mg.gov.br/index.php/listoffiles0/file/4462>> Acesso em: 20 out. 2016.

TROJAN, Rose Mari e TAVARES, Taís Moura. *O funcionário escolar como educador: formação dos trabalhadores em educação da rede estadual de ensino*. Extensio: Revista Eletrônica de Extensão, Florianópolis, v. 4, n. 5, ago. 2008. ISSN 1807-0221. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/5766/5292>>. Acesso em: 20 out. 2016.